timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 124 MAIO 1996

ARMAS: UM NEGÓCIO SEM CRISES

Apesar das declarações de princípio, os governos da União Europeia continuam a vender material de guerra a regimes que não respeitam os direitos humanos, como é o caso do indonésio

Há muito que aprendemos que entre as declarações de princípio dos governos ocidentais - e particularmente os europeus - e o mundo dos negócios vai o abismo da realidade. O comércio de armas é a parte mais abjecta desta realidade. E este comércio só não é mais frutuoso porque a opinião pública, através das organizações da sociedade civil, a ele se opõe por todos os meios ao seu alcance.

A SOCIEDADE CIVIL, CONTRA

No passado dia 1 de Maio, a assembleia anual dos accionistas da *British Aerospace* - uma das jóias da Coroa da indústria de guerra britânica - terminou "*em caos*" quando vários participantes interromperam o evento, lançando ovos e clamando que os directores da referida companhia (que tem vendido grandes quantidades de armamento a muitos dos regimes opressivos deste planeta) eram culpados de genocídio (*New York Times*, 2/5/96).

"*Oscilando entre momentos de farsa e de fúria*", a reunião foi dominada, durante cerca de 3 horas, por questões levantadas pelos accionistas que protestavam pelas das vendas de aviões *Hawk* à Indonésia. Quando o "*caos*" irrompeu, a reunião foi rapidamente encerrada e os directores debandaram em busca de protecção, enquanto cerca de 10 manifestantes eram arrastados para fora do recinto (*Reuter*, 1/5/96).

Um membro da *Campaign Against Arms Trade* (CAAT) - organização inglesa contra o comércio de armas - referiu à *Reuter* que cerca de 40 elementos da organização eram pequenos accionistas daquela empresa e, por via disso, tinham acesso à assembleia podendo expressar o seu protesto.

Entretanto, a rede europeia contra o comércio de armas, ENAAT - *European Network Against Arms Trade*, aprovou no passado dia 15 de Maio três resoluções relacionadas com a venda de armas à Indonésia.

A primeira, denominada "Resolução acerca da necessidade de um embargo de venda de armas à Indonésia" e com carácter genérico, urge os países da UE a tomarem medidas conducentes a um embargo de todas as vendas de armas, tecnologias militares e, ainda, qualquer tipo de assistência militar à Indonésia. As outras duas resoluções, enquadrando o aprovado na resolução genérica, apelaram aos governos alemão e sueco a embargarem, respectivamente, a venda de tanques ligeiros *Wiesel* e de canhões de artilharia naval *Bofors*, salientando que estes armamentos podem objectivamente ser utilizados em Timor Leste, bem como contra cidadãos indonésios.

Também na Holanda a firma *Hollandse Signaal Apparaten* prepara-se igualmente para entregar à Indonésia vários sistemas de armamento no valor de 70 milhões de florins. Estes factos geraram uma onda de protesto, liderada pelo movimento estudantil holandês a que se juntaram numerosas ONG de Direitos Humanos, apelando ao envio de cartas de protesto ao Ministro de Negócios Estrangeiros holandês, solicitando o embargo desta venda, em resposta aos sangrentos acontecimentos em Ujung Padang (ver na pág.4 deste número "Indonésia: Pela democracia").

O ministro já disse, no entanto, que não tem nenhuma objecção à entrega deste armamento. Em paralelo, o governo holandês empenha-se em aumentar os laços de cooperação militar com a Indonésia, segundo as palavras do Ministro da Defesa holandês, oferecendo programas "*de educação*" a militares indonésios (*Algemeen Dagblad*, 22/5/96). Cumplicidades ....

SUÉCIA: "WELLCOME TO THE CLUB"

Em 18 de Abril passado foi anunciado que o governo sueco dera permissão à *Bofors* para proceder à exportação de

neste número:

ARMAS: NEGÓCIO SEM CRISES

ACOLHIMENTO: CONTRA A MIOPIA

canhões de artilharia naval para a Indonésia, muito embora não haja ainda confirmação oficial deste negócio. Esta decisão é um acto de repercussões políticas lamentáveis, da parte de um país que tradicionalmente não permitia a venda armas suecas a regimes opressivos e violadores de Direitos Humanos.

Nos últimos 10 anos, os diversos governos de Estocolmo não permitiram novas vendas de armas à Indonésia. Este volte-face coincide com a nomeação de um novo governo social democrata, liderado por Goran Persson.

Paradoxalmente, vários elementos deste governo, enquanto eram somente parlamentares, assinaram uma moção apelando a um maior empenhamento do governo sueco na questão de Timor Leste e a parar o comércio de armas com a Indonésia. Antigos parlamentares, agora empossados como governantes - Mats Hellstrom, Pierre Schori (Ministro para a Cooperação e Desenvolvimento) e Lena Hjelm-Wallen (Ministra dos Negócios Estrangeiros) - prometeram então que não ocorreriam novas autorizações de vendas de armas com destino ao regime de Jacarta.

Este passo representa uma mancha na política externa sueca e o desmoronar da imagem histórica deste país nórdico como grande defensor de Direitos Humanos. É a Suécia a contribuir para que o genocídio do povo de Timor Leste continue. "*Wellcome to the club*", dirão alguns primeiros ministros europeus, tão habituados a estes negócios de morte.

PROTESTOS, A NÍVEL NACIONAL ...

A notícia da permissão dada pelo governo sueco gerou um movimento ímpar de indignação por parte de muitos sectores políticos e religiosos daquele país, inclusive no seio do próprio partido do governo, tendo mesmo a presidente da Liga das Mulheres Sociais Democratas declarado estar envergonhada perante a eminência deste negócio (*Dagens Nyhater*, 7/5/96).

Os primeiros protestos partiram da SPAS (*Swedish Peace and Arbitrary Society*) que foram objecto de uma ampla cobertura da comunicação social sueca, aos quais se associou, entre outros, o dirigente do Partido dos Verdes, Birger Schlaug, acusando o governo de, ao aceitar os pontos de vista dos grandes industriais de armamento, se preparar para permitir novas vendas de armas.

Vários deputados suecos associaram-se ao protesto apresentado pela organização mundial sediada no Canadá, *Parlamentarians for East Timor* - PET (Parlamentares por Timor Leste), a qual se declarou chocada pela alteração ocorrida relativamente a esta questão.

Em carta endereçada ao embaixador sueco em Otava, o PET acrescenta que deixa de poder citar este país como um exemplo de implementação de uma política externa que levava efectivamente em conta o respeito dos Direitos Humanos no Mundo (*Gotenburg Post*, 9/5/96).

A secção sueca da *Caritas* não quis também de deixar de tomar posição tendo distribuído um comunicado à imprensa, em que se declara chocada com a permissão de venda do armamento em questão.

Da mesma forma, o Conselho Sueco Cristão distribuiu um comunicado de imprensa declarando como ultrajante a decisão tomada pelo governo sueco e apelando para que a mesma seja reavaliada. O Conselho não deixou de lembrar, em paralelo, os apelos do Parlamento Europeu (PE) para a suspensão do comércio de armas com a Indonésia e as várias moções aprovadas pelo Parlamento sueco, patrocinadas pelos próprios social-democratas e que apelavam ao governo para a implementação efectiva da referida resolução do PE.

A onda de protestos levou, inclusivamente, a que no passado dia 14 de Maio, dez cidadãos suecos se acorrentassem às escadas do Parlamento (*Swedish News Agency - TT*, 15/5/96).

... E INTERNACIONAL

Na Irlanda e no Reino Unido, a decisão do governo sueco foi também alvo de críticas tendo, respectivamente, a *East Timor Ireland Solidarity Campaign* e a *Britas Coalition for East Timor* entregue cartas de protesto nas embaixadas sueca, em Dublin e Londres. Em Dublin, ocorreram várias manifestações à porta da referida embaixada.

Na Austrália, estes factos também não passaram despercebidos tendo sido planeadas, por parte do movimento de solidariedade, acções de protesto junto ao consulado sueco, em Darwin, durante a semana de 27 a 31 de Maio.

Na sequência da divulgação deste acontecimento em Portugal, a CDPM e um elemento da Resistência Timorense foram recebidos no passado dia 29 de Abril, pelo Ministro plenipotenciário da embaixada sueca, em Lisboa.

Curiosamente, a audiência tinha sido solicitada ainda no mês anterior e destinava-se a entregar um abaixo-assinado endereçado ao Primeiro-Ministro daquele país, no qual estava expresso o apreço dos subscritores pela conduta até então levada a cabo pela Suécia, relativamente à questão de Timor, e no qual se enfatizava o pedido de manutenção do embargo de venda de armas à Indonésia.

No entanto, já nos finais de Fevereiro, enquanto decorria em Lisboa uma conferência internacional relacionada com a questão de Timor, correram rumores preocupantes que o negócio estava em ultimação.

Aproveitou-se então a audiência para ser apresentado um vivo protesto em relação a este negócio de morte que a Suécia acabou por permitir. Do representante sueco, obtivemos como resposta um silêncio embaraçante.

ESTADOS UNIDOS TAMBÉM NA CORRIDA

Estão a decorrer, entretanto, encontros entre os governos dos Estados Unidos, Paquistão e Indonésia, tendo em vista a venda de nove caças F-16 ao governo de Jacarta. Segundo as autoridades americanas, existem ainda algumas questões a esclarecer antes que o negócio se conclua.

Diplomaticamente, os Estados Unidos decidiram que o governo paquistanês fosse chamado a participar nesta negociação, uma vez que os aviões se destinavam originalmente a esse país, tendo a transacção sido suspensa em 1990 (*FWI/UPI*, 15/5/96).

Esta venda marca mais um passo no reatamento das relações militares entre a Indonésia e os Estados Unidos, depois deste último país ter suspenso, em 1992, a aplicação à Indonésia dum programa de apoio a acções de treino militar (IMET) e de ter impedido a venda de caças F-16 à Indonésia, com base na violação de Direitos Humanos em Timor Leste.

Em 1993, Washington impediu ainda a venda, por parte da Jordânia, de caças americanos F-5 a Jacarta, com base nos mesmos argumentos.

ACOLHIMENTO: CONTRA A MIOPIA

O governo decidiu repensar a política de acolhimento aos timorenses. Uma boa ocasião para prevenir alguns riscos

No dia 14 de Março foi instituída pelo Conselho de Ministros a Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense, à qual foi dado o prazo de 2 meses para apresentar ao Governo uma proposta de legislação sobre a matéria.

Este ano pode vir a ser um marco para a comunidade timorense na diáspora no que diz respeito à sua relação com Portugal, enquanto potência administrante e enquanto sociedade de acolhimento, escolhida como refúgio por aqueles que não encontram formas de sobreviver no seu País.

Refugiam-se em Portugal mas quase sempre com o objectivo muito claro de continuarem a lutar e de se formarem para, um dia, poderem voltar a Timor Leste e trabalharem na sua reconstrução.

"RETRAUMATIZAÇÃO"

Quantos são e em que condições vive em Portugal a comunidade timorense são perguntas às quais ninguém pode dar uma resposta conclusiva. Qual o seu estatuto e qual o seu enquadramento legal ?

Nesta população coexistem à partida uma série de factores que potencialmente favorecem uma situação de completa desinserção social, nomeadamente o não domínio da língua e o desenraizamento cultural, somados a muitos outros, fruto da ocupação e da violência a que foram sujeitos.

Os dados de que dispomos, resultantes do trabalho directo que temos vindo a desenvolver com a comunidade timorense, deixam antever um quadro extremamente complexo.

Por vezes são cidadãos portugueses, outras vezes são refugiados políticos, com todas as diferenças de tratamento que isso implica. Por vezes têm direito a alojamento e subsídio até que se considere que estão inseridos, outras vezes vêm esses apoios desaparecer ao fim de 6 meses, sem qualquer explicação para o facto.

Aquilo que se pode afirmar, sem margem para dúvidas, é que nada disto tem sido tomado em consideração pelos serviços responsáveis pelo acolhimento e inserção dos timorense e que as condições em que se encontra esta comunidade não são dignificantes nem para os próprios nem para a sociedade de acolhimento. As regras não são clarificadas, a prática só confirma a incoerência e o livre arbítrio de quem, num determinado momento, tem o poder de decidir. Para os timorenses, o processo de acolhimento e inserção na sociedade portuguesa é muitas vezes um processo de"retraumatização" a juntar a todos os problemas que transportam consigo.

A grande vantagem de trabalhar apenas com os números é que podemos sempre manobrá-los a nosso favor e, por exemplo, apresentar como sucesso de inserção os valores relativos à imigração para a Austrália ou as quantias dispendidas com os chamados subsídios de integração, que dispensam a Segurança Social de futuras responsabilidades com os indivíduos que os aceitam (quantas vezes sem compreenderem a decisão que são forçados a tomar).

CLAREZA E SIMPLICIDADE

Uma nova política de acolhimento e inserção deve contemplar dois momentos de actuação: numa primeira fase garantir os meios indispensáveis de sobrevivência e numa segunda fase fornecer aos indivíduos os instrumentos que lhes permitam caminhar para a sua autonomia.

O investimento a fazer pelo Estado Português, se canalizado correctamente, será duplamente recuperado, no sentido em que contribuirá para tornar os timorenses cidadãos de pleno direito e, portanto, válidos na sociedade portuguesa e, por outro lado, na medida em que reforça internacionalmente a posição de Portugal enquanto potência administrante, será determinante no estreitar de laços com o futuro Timor Leste independente.

As "políticas" seguidas até hoje sofrem no mínimo de dois males: miopia e etnocentrismo. Miopia pela incapacidade de implementar medidas que façam mais do que, a curto prazo, libertar os serviços de encargos financeiros, sem sequer ter a noção de que em muitos casos "o feitiço vira-se contra o feiticeiro". Etnocentrismo porque não existe a mais leve preocupação de compreender a população com quem se está a trabalhar, podendo assim delinear respostas mais adequadas e eficazes. De facto é mais fácil aplicar modelos pré-concebidos do que perder tempo a elaborar novas estratégias.

Sejam quais forem as formas adoptadas nas diversas áreas de intervenção, existem dois aspectos que nos parecem fundamentais: que a nova legislação reduza o número de casos omissos, garantindo uma prática mais clara; que haja o cuidado de transmitir a informação sobre direitos e obrigações aos timorenses recém-chegados de uma forma completa e simples.

PARTICIPAR NO PROCESSO

Caberá à Comissão Permanente agora criada elaborar e coordenar as novas políticas e práticas. A instituição desta Comissão demonstra já um novo olhar do Poder sobre esta problemática. Resta saber quais vão ser as opções tomadas e qual a sua capacidade operacional.

Do maior envolvimento da sociedade civil, que se verifica neste momento, resultam também maiores responsabilidades. As ONG têm a capacidade de estabelecer relações de maior proximidade com as pessoas e por isso são capazes de recolher e transmitir informações com menor grau de distorção e de desenvolver uma prática mais atenta à população em causa.

Um último aspecto que não deveria ser descurado é a participação dos próprios timorenses em todo o processo de definição de políticas que os vão afectar directamente.

Embora estejamos cientes dos constrangimentos em termos de tempo disponível, pensamos que só com a colaboração de todos se poderá chegar a um trabalho final de qualidade.

MARCONI: OFERTA

A Companhia Portuguesa Rádio Marconi (CPRM), em resposta a pedido da CDPM, cedeu, a título gracioso, dois computadores do seu acervo informático que vêm suprir algumas das limitações que se deparavam à Comissão.

Esta oferta, que pode ser tomada como um exemplo de cooperação entre ONG e empresas, vai permitir, entre múltiplos objectivos, melhorar a produção do boletim *Timor Leste* assim como a nossa prestação na *Internet*.

A CDPM, reconhecidamente, agradece à CPRM.

PAPUA OCIDENTAL: À PROCURA DE ASILO

Seis naturais da Papua Ocidental entraram, no dia 8 de Maio, na embaixada holandesa em Jacarta, em busca de asilo político. Até à data, não foram apurados os nomes dos papuanos que levaram a cabo esta acção nem quaisquer outros pormenores relativos a esta ocorrência.

Não é a primeira vez que naturais daquele território procuram protecção naquela embaixada. Em 1984, quatro papuanos conseguiram obter o almejado asilo. Os argumentos então apresentados basearam-se no facto da Holanda ter que aceitar a sua responsabilidade no destino (trágico) do povo daquele território que, enquanto potência colonizadora, entregou à Indonésia. Não se conhecem comentários da parte dos funcionários da embaixada.

BRASIL: AINDA A VISITA DO PM PORTUGUÊS

Sob o pano de fundo de duas importantes ocorrências - a atribuição, nos inícios de Abril passado, da medalha "Chico Mendes de Resistência" de 1996 ao povo de Timor, entregue pelo Grupo "Tortura Nunca Mais" do Rio de Janeiro, e a proposta de Xanana Gusmão para cidadão honorário de Brasília por iniciativa de vários senadores brasileiros - a visita de António Guterres ao Brasil permitiu que Timor Leste tenha vindo a lume várias vezes.

Refira-se, entre outros, o encontro que o PM concedeu ao grupo de solidariedade com Timor de São Paulo ("Clamor por Timor") e onde foram discutidos os caminhos conducentes ao aumento do conhecimento da mesma no Brasil.

Também o grupo de música rock/pop, Delfins, que fazia parte da comitiva oficial, efectuou vários concertos em S.Paulo e Rio de Janeiro, durante os quais mencionou vivamente a questão perante plateias de milhares de pessoas.

INDONÉSIA: PELA DEMOCRACIA

No passado dia 14 de Maio, ocorreram graves confrontos entre cerca de dois mil estudantes indonésios e tropa/polícia de choque nas ruas de Yogyakarta (Java). Na sua maioria simpatizantes do SMID (Estudantes Solidários com a Democracia na Indonésia), organização estudantil que tem estado na primeira linha da luta pela liberdade na Indonésia, os estudantes marchavam em protesto pela morte de 26 dos seus colegas durante manifestações que ocorreram em Ujung Padang, nas Ilhas Celebes, em finais de Abril passado.

Nesse mesmo dia, o SMID organizou manifestações em várias outras cidades indonésias.

Os trágicos acontecimentos de Ujung Padang ocorreram como resultado de protestos contra o aumento de 70% nas tarifas aplicadas aos estudantes nos transportes públicos, aumentos estes que em consequência das manifestações foram, posteriormente, anulados.

NIKE: PROTESTO TELEFÓNICO

O movimento denominado "*The Justice: Do it Nike !*" apelou aos americanos para que no passado dia 20 de Maio expressassem a sua indignação pela forma como os trabalhadores sub-contratados pela *Nike*, na Indonésia, são tratados. Para o efeito o movimento solicitou que, através da linha telefónica nacional de apoio aos consumidores desta mega-empresa de material desportivo, exigissem que a mesma mudasse rapidamente os seus procedimentos, ao nível laboral/sindical, permitindo a presença de associações sindicais independentes das do governo indonésio, nas suas instalações, bem como permitindo o acesso, a esses locais de trabalho, de autoridades independentes que possam avaliar as condições de trabalho nessas fábricas.

As maiores fábricas sub-contratadas pela *Nike* estão neste momento na Indonésia. Na sua grande maioria, a mão de obra é constituída por jovens de 13/14 anos que, laborando em condições desumanas, produzem sapatilhas de basquetebol, auferindo diariamente uns escassos 2 dólares, enquanto, na loja, essas sapatilhas custam 100 dólares.

Só recentemente a *Nike* anuiu em pagar àqueles trabalhadores o salário mínimo daquele país, que membros do governo indonésio já admitiram publicamente só cobrir 93% das necessidades básicas diárias de uma pessoa.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317